

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

CLAUDECI RODRIGUES FERREIRA

**RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I E II**

**Aracaju
2016**

CLAUDECI RODRIGUES FERREIRA

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I E II

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof^a Esp. Fernanda Silva Nascimento

Aracaju
2016

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof^ª Dr^ª. Jane Cláudia Jardim Pedó

Supervisora Acadêmica: Prof^ª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Joselita Lima Santos

Carga horária: 200 horas

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof^ª Dr^ª. Jane Cláudia Jardim Pedó

Supervisora Acadêmica: Prof^ª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Joselita Lima Santos

Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Projeto Acorde

Horário de funcionamento: 08h00 às 17h00

Endereço completo: Rua A3 SN, Bairro Santa Maria (anexo da 9ª delegacia metropolitana).

Fone: (79) 3243-8850 3243-8888

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	6
2.1 As Expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	6
2.2 Reconhecimento do Espaço Institucional.....	8
2.3 Serviço Social na Instituição.....	9
2.4 Diagnóstico Social.....	10
3 RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....	12
3.1 Proposta de Intervenção Social.....	12
3.2 Sistemática de Operacionalização.....	12
3.3 Análise e Síntese da Experiência Vivenciada.....	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16
APÊNDICE.....	18

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado relatório estágio supervisionado em serviço social I, tem como objetivo, apresentar as atividades desenvolvidas no projeto acorde no bairro Santa Maria, durante o estágio obrigatório curricular, que foram devidamente acompanhadas pela assistente social da instituição, como também orientado pela supervisora acadêmica, as quais se destinam a abordar as observações técnicas utilizadas pelo assistente social. Possibilitando a integração entre a teoria e a prática, através da realidade do usuário e as demandas institucionais. O estágio supervisionado é essencial na formação do aluno, pois propicia um momento específico de aprendizagem, colocando em prática o que foi estudado em sala de aula, assim refletindo sobre sua ação no exercício profissional, da visão crítica e da dinâmica das relações existentes no campo profissional.

O supervisor tem um papel fundamental no processo de construção da articulação entre a teoria e prática, transmitindo ao estagiário o conhecimento da prática profissional, apoiando, construindo conhecimento e aprendizado de forma construtiva, promovendo autonomia, alteridade e compromisso eficaz para o futuro profissional, oportuniza ao estagiário o desenvolvimento de sua capacidade para o trabalho profissional, assim como propicia a reflexão sobre a realidade social, a qual está inserido, pois o estágio é um processo de qualificação e treinamento teórico- metodológico, técnico-operativo e ético político do aluno.

De acordo com oliveira, é nessa perspectiva que o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante do curso de serviço social, podendo oportunizar não somente aproximação no processo de capacitação teórico-metodológico para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social (2004, p.67).

O estágio é uma fonte de construção de saberes, em que o conhecimento é compartilhado entre estagiário e supervisor. Um espaço de que o aluno adquire experiência, flexibilidade e conhecimento através da convivência com a futura realidade profissional, e com o ensino da prática por parte do supervisor. Tem como objetivo, constituir um profissional reflexivo, pronto para desenvolver sua competência investigativa, levando a compreender a realidade que estar atuando, estabelecer uma postura crítica para desvelar as contradições da sociedade, elaborar projetos para o enfrentamento das desigualdades sócias e construir a sua identidade profissional.

De acordo com Buriolla (2008, p. 13):

Concebe o estágio como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto de serviço social, em que um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, e os lócus onde a identidade profissional do aluno é gerado, construída e referida, volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente.

2 RELATORIO FINAL DE ESTAGIO SUPERVISIONADO I

2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio

As políticas sociais surgiram agrupadas ao processo histórico do capitalismo na formação econômico-social, como a Revolução Industrial, a luta de classes, e os movimentos operários, entre outros, apontando centralmente as demandas da sociedade ao Estado, cabendo a este o papel prover os direitos sociais.

Com o aumento expressivo das expressões das questões sociais, dentre elas a violência e a criminalidade ocasionados pelos ditames da Política Neoliberal, a Segurança Pública passou a ser uma das prioridades do Estado.

A política de segurança pública social caracteriza-se como um conjunto de ações integradas entre as três esferas do governo, que visam manter o controle social, no combate a criminalização e a violência.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 proporcionou um novo olhar no que diz respeito à segurança pública, passando a ser analisada sob o contexto de uma sociedade democrática, pautada no respeito e na dignidade da pessoa humana, adotando procedimentos políticos, sociais, operacionais e táticos, abrangendo a sociedade em sua complexidade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 144:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Portanto a segurança pública se desenvolve através de ações promovidas pelas composições estatais e organizações da sociedade, objetivando abonar a segurança individual e coletiva dos cidadãos.

Nesse viés são criados programas e projetos que atendam às necessidades a segurança pública nesse novo contexto, como o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), criado em 2000 no governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo objetivo era de combater a criminalidade

por meio de ações preventivas, através da implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), da tecnologia e da participação comunitária. De acordo Lopes (2009, p.129), citado por de Carvalho; de Silva:

O Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica; alude ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, com a qual se pretende a definição de uma nova segurança pública e, sobretudo, uma novidade em democracia.

Destarte o PNSP possibilitou a participação da sociedade no combate a violência e a criminalidade, entretanto devido à falta de recursos previamente definidos o PNSP não atingiu seus objetivos.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado em 2007, no governo de Lula, tem como finalidade democratizar a política de segurança pública por meio de ações baseadas nas políticas sociais, através do diálogo entre as esferas do governo e a sociedade civil, no controle a criminalidade e a sua prevenção. O Pronasci cria as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), e o conceito de segurança Cidadã, focando em determinadas regiões com elevados índices de violência levando em consideração a vulnerabilidade social.

A partir das diretrizes do Pronasci, foi realizada em 2009 a 1ª Conferência Nacional de Segurança, em 27 etapas estaduais, 265 etapas municipais, 1 140 conferências livres em 445 municípios, conferências virtuais, seminários temáticos, projetos especiais e cursos de capacitação com a participação de gestores da segurança pública, trabalhadores e sociedade civil, resultando na priorização de 10 princípios e 40 diretrizes que devem nortear a Política Nacional de Segurança Pública. Sendo destacado como itens prioritários, o desarmamento, a participação social, os conselhos comunitários de segurança, a importância dos municípios como gestores da política de segurança pública, o policiamento comunitário, a valorização profissional, o enfrentamento do preconceito, o acesso à justiça, a priorização das penas e medidas alternativas, a cultura de paz e o fortalecimento do SUSP e do Pronasci.

Apesar dos avanços ao longo dos anos a segurança pública ainda se encontra em processo de construção, visto que a participação da sociedade é de suma importância para a

efetivação de ações e estratégias na prevenção e controle da criminalidade e violência, possibilitando a segurança dos indivíduos, e o exercício da cidadania.

2.2 Reconhecimento do espaço institucional

A instituição está ligada a secretaria de segurança pública, criada através da portaria N 15 de 15 de outubro de 2014, tem como finalidade institucionalizar a mediação de conflitos, como instrumentos de ação policial, para prevenção de violências e criminalidades em áreas de maior vulnerabilidade criminal. O projeto Acorde funciona na rua A-3 S\N, conjunto Padre Pedro, bairro Santa Maria, Aracaju /se, telefones: 79 3243 8850 e 3243 8888. De segunda a sexta das 08 às 18 horas.

O núcleo funciona num anexo da 9º delegacia de polícia civil, a estrutura possui três salas, com computadores e impressoras, duas mesas com cadeira e três escrivaninhas, dois telefones fixos, um frigobar, um bebedouro, 1 televisão, 4 armários e 1 brinquedoteca. O núcleo é composto de um quadro de funcionários, sendo um total de 10, sendo 09 mediadores de conflito, que são policiais civis da secretaria de segurança pública, capacitados e treinados através de cursos específicos para atender os usuários que se envolveram em crimes de menor potencial ofensivo, através da mediação de conflitos. Todos os servidores são graduados nas diversas áreas do conhecimento, dentre elas direito, psicologia e serviço social.

Quanto ao quadro de recursos humanos a instituição é composta por: 02 assistentes sociais; 01 delegada; 01 psicólogo; 01 psicopedagoga; 01 motorista; 05 estagiários de Serviço Social.

O Projeto Acorde foi criado para a resolução de conflitos através da mediação de forma pacífica, que visa facilitar a comunicação fazendo com que os próprios envolvidos (usuários) encontrem uma solução para resolver seus problemas. O projeto tem como objetivo atender de forma humanizada e especializada os moradores, do bairro Santa Maria e adjacências, que se envolverem em conflitos comunitários, ou seja, crimes cujas penas sejam alternativas, e pagamento de multas, reclusão de até 02 anos e trabalhos voluntários.

Os usuários têm a opção de participar ou não da sessão de mediação, em que são apresentados a eles esclarecimentos e adesão ao procedimento adotado pela instituição para a

realização da mediação, este é um procedimento voluntário, que é rígido por princípios da voluntariedade propriamente dita e do sigilo. No processo de mediação além dos usuários, há a participação de terceiros que podem ser o advogado ou pessoa por ele indicada, essas pessoas irão participar da sessão como colaboradores do diálogo, ajudando na construção de soluções para o conflito no princípio de voluntariedade.

. Vale ressaltar que, durante a participação de uma sessão de mediação, casos as partes ou uma das partes (usuário) envolvidas no conflito demonstre desistência a mediação, o encerramento do procedimento ocorrerá automaticamente.

Após as partes (usuários) recebem todos os esclarecimentos de como funciona o processo de mediação, desenvolvido pela instituição e manifesto expressamente o interesse em participar do processo de mediação de conflitos, ele assinara um termo de acordo.

Conforme dados estatísticos da instituição, são atendidos ao mês uma média de 50 usuários, de janeiro a maio de 2015 foram atendidos em torno de 261 usuários, sendo 11 encaminhamentos para demais instituições, Departamento de Atendimento a Grupo Vulneráveis (DAGV), Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), e outros.

2.3 Serviço Social na Instituição

Visando abonar a comunidade o acesso integral as políticas públicas através da mediação de conflitos, garantias de direitos humanos, fortalecimento dos laços familiares assegurando uma cidadania plena, o Serviço Social está presente no projeto desde sua implantação, conforme Código de Ética:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (Princípios Fundamentais V).

O assistente social atua no acolhimento, entrevistas, visitas domiciliares, acompanhamento social, e mediação de conflitos, exercendo sua prática profissional de forma

crítica perante as demandas apresentada, tal atuação esta pautada na lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº. 8.662, de 07/06/93), toda mulher independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goze dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar a saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Assim a atuação do assistente social é comprometida com a transformação da realidade da comunidade, na qual o projeto está inserido, através da intervenção crítica e criativa, assinalando para a autonomia dos usuários.

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem Societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; (PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, VIII).

2.4 Diagnóstico

O bairro Santa Maria localizado na zona sul de Aracaju, é considerado como local de difícil acesso e caracterizado pelo alto índice de criminalidade, dispõe de ruas sem pavimentação, sem coleta de lixo, iluminação pública precária e água encanada.

De acordo com o censo 2010 a população corresponde a 60 mil habitantes sendo assim apresentada a porcentagem masculina e de 40% e a feminina 60%

A localidade dispõe de doze instituições de ensino sendo: 5 escolas estaduais, 5 escolas municipais, 5 escolas particulares, e 2 creches, as instituições apresentam infraestrutura e equipe técnica apropriada para o desenvolvimento das atividades educacionais, ressaltando que o profissional do serviço social não estar inserido em nenhuma destas. O grau de escolaridade da comunidade é de ensino fundamental incompleto.

A política de saúde é ofertada através das 3 unidades básica: Elizabeth Pita, Osvaldo Leite e Celso Daniel por meio da Equipe de Saúde da Família (PSF). Quanto à estrutura física as mesmas não oferecem condições adequadas para o seu funcionamento. A equipe técnica encontra-se em dificuldade no seu quantitativo.

Dentro da política da assistência social, podemos contar com o centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Santa Maria, que oferta serviços de proteção social básica, estruturando-se como porta de entrada dos usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica e referência, para encaminhamentos a proteção especial, promovendo ações de fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, de maneira que possibilitem ampliar o acesso de usuários aos seus direitos sócio assistências. Ofertando serviços voltados para as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, materializada no âmbito do SUAS, de acordo com a demanda imposta, em que o CRAS está inserido (Ministério do Desenvolvimento social, 2009).

As ofertas dos serviços no CRAS devem ser planejadas e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social, e das ofertas existentes (MDS, 2009, P.09).

O CRAS articula suas ações com as demais instituições e políticas, com o objetivo de instituir o acolhimento do usuário da política de assistência social nas ações, serviços, benefícios, programas e projetos executado pela mesma. As proteções básicas incluem serviços, como Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo possível constatar que o CRAS Santa Maria possui aproximadamente 40 mil usuários cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico), ficando impossibilitada de colher quantitativo dos usuários beneficiários do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

3 RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

3.1 Proposta de Intervenção Social

O Estágio Supervisionado II tem continuidade no Projeto Acorde, sendo que as atividades abrangem o conhecimento sobre a realidade dos usuários assistidos na instituição, bem como a observação das ações desenvolvidas por intermédio da Assistente Social, de acordo com cada problemática.

Durante a vivência no campo de estágio foi possível observar, que os usuários atendidos na instituição, em sua maioria mulheres vítimas de violência, apresentavam pouco ou nenhum conhecimento da Lei Maria da Penha, 11.340/2006.

Diante do exposto surge a importância de intervir na realidade social, com a elaboração de um projeto de intervenção, voltado para essas usuárias, com o intuito de levar as informações acerca da importância da Lei da Maria da Penha.

O objetivo geral é informar ao público participante as inovações no enfrentamento da violência contra a mulher, considerando a lei Maria da penha (Lei nº 11.340 de 7 agosto de 2006), bem como apontar os tipos de violência contra a mulher; esclarecer os órgãos de proteção em caso de violência, as garantias e penalidades estabelecidas na lei; trabalhar a autoestima com intuito da valorização da mulher. Os recursos disponíveis se subdividem em humanos: duas Assistentes Sociais, uma Estagiária de Serviço Social e recursos materiais: data show; pen drive; canetas; notebook; câmera digital.

O Projeto de Intervenção torna-se relevante para instituição à medida que pretende levar conhecimento ao público alvo.

3.2 Sistemática de Operacionalização

No processo de planejamento das atividades, foram realizadas reuniões com as assistentes sociais do projeto, a fim de tratarmos como seriam desenvolvidas as ações e pontuar quais objetivos desejados ao final do projeto.

Quanto à divulgação do projeto, foi realizado da seguinte maneira. Um breve diálogo com o coordenador da FUNDAT, esclarecendo sobre o tema proposto para a intervenção e a importância do mesmo para a comunidade.

O projeto foi executado no dia 25 Maio do corrente ano na FUNDAT, localizada na Av. Principal, bairro 17 de Março, Aracaju- SE. Foi desenvolvida uma palestra pela estagiária Claudeci Rodrigues Ferreira, com a participação da supervisora campo Joselita Lima Santos. Foram apresentados slides sobre mulheres que já foram vítimas de violência; esclarecimentos sobre os tipos de violência; distribuição de brindes e materiais informativos; coffebreak.

Após as discussões esplanadas por meio da palestra, foi realizada uma avaliação com as participantes, através de questionários, para que pudessem analisar os pontos positivos e negativos, possibilitando assim uma análise reflexiva sobre a execução do projeto, propondo descobrir se os objetivos propostos foram alcançados.

O projeto de intervenção foi executado com sucesso, no qual foram alcançados os objetivos e metas propostas, sendo que a meta desejada de 25 participantes foi alcançada em 100%. A palestra foi ministrada de maneira coesa e objetiva, de acordo com a realidade do cotidiano dos presentes, facilitando a interação de todas. Notou-se o interesse pelo tema, em que o público buscou compreender o que estava sendo abordado.

Através da análise dos questionários respondidos, foi possível constatar que realmente todos os objetivos propostos foram alcançados. Os resultados foram mulheres esclarecidas sobre a Lei Maria da Penha.

Por fim, o projeto de intervenção Violência Contra a MULHER: CONVERSANDO É QUE SE ENTENDE foi satisfatório para o público presente, assim como para a estagiária ampliando o conhecimento da prática profissional.

No geral foi perceptível que é necessária uma maior divulgação sobre a importância do combate a violência contra a mulher. Logo, nos certificamos da relevância que o referido projeto de intervenção apresentado teve para aquela comunidade, levando conhecimento, e contribuindo para a valorização da mulher.

3.3 Análise e síntese da experiência vivenciada

O Estágio Supervisionado é a noção da realidade concreta, um momento de estudo, reflexão do fazer, e da prática profissional, uma forma de apropriação de elementos críticos, e de descobertas sobre as questões presentes na sociedade.

O estágio possibilitou o conhecimento da atuação do assistente social frente a expressões da questão social a relação com os usuários, e com os profissionais da instituição. Logo, através da mediação de conflitos, encaminhamentos ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar, Unidade Básica de Saúde, visitas domiciliares, elaboração de relatórios e orientação social, o profissional contribui para a cidadania do público, conforme o Código de Ética: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (Título V Princípios Fundamentais).

O estágio no Projeto Acorde permitiu conhecer a realidade dos usuários, o que possibilitou a elaboração do projeto de intervenção. Sendo possível perceber durante a permanência na instituição o desdobramento da profissional frente às problemáticas apresentadas, em um cenário marcado pela desigualdade social que norteia a comunidade, como o alto índice de violência, e o baixo nível de escolaridade.

O período de Estágio Supervisionado I e II foi de extrema importância para a formação acadêmica, sendo possível o desenvolvimento das dimensões teórico- metodológico, ético-político e prático-operativo, conhecimentos indispensáveis para o exercício profissional, pois é através da prática que o profissional aplica a teoria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços ao longo dos anos a segurança pública ainda está em processo de construção, visto que a participação da sociedade é de suma importância para a efetivação de ações e estratégias na prevenção e controle da criminalidade e violência, possibilitando a segurança dos indivíduos e o exercício da cidadania.

Por meio do estágio foi possível adquirir conhecimento, amadurecimento quanto ao arcabouço teórico adquirido em sala de aula, unindo a teoria em prática, fortalecendo assim a postura profissional em acordo com o Código de Ética.

Portanto, conclui-se que, o período de Estágio Supervisionado I, foi de extrema importância para a formação acadêmica, permitindo desenvolver os instrumentais teóricos-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão, favorecendo o progresso emocional e pessoal, conhecimentos estes que levarei para o exercício profissional.

REFERÊNCIAS

MIKI, Regina. **Política de segurança pública no Brasil**. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edições-revista/a-politica-de-seguranca-publica-no-brasil>>. Acesso em: 11 de nov.2015.

CARVALHO, Adelídio Vilobaldo de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802011000100008>>. Acesso em: 14 de Nov. 2015.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica aos mínimos sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A: Projeto de Intervenção

UNIVERSIDADE TIRADENTES

CLAUDECI RODRIGUES FERREIRA

PROJETO DE INTERVENÇÃO

**“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CONVERSANDO
É QUE SE ENTENDE”**

**Aracaju
2016**

CLAUDECI RODRIGUES FERREIRA

PROJETO DE INTERVENÇÃO
“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CONVERSANDO É QUE
SE ENTENDE”

Proposta apresentada ao Projeto Acorde para fins de apoio institucional de ações educativas e sociais junto à comunidade atendida na referida instituição, no ano de 2016/1.

Orientadora: Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento.
Supervisora de campo:

Aracaju

2016

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto de Intervenção com tema Violência Contra a MULHER: CONVERSANDO É QUE SE ENTENDE; será desenvolvido pela estagiária Claudeci Rodrigues Ferreira, e executado na FUNDAT, localizado no bairro 17 de Março, Aracaju/SE, visando informar as mulheres atendidas no Projeto Acorde sobre a Lei nº 11.340/06, conhecida como Maria da Penha, assinalando os tipos de violência contra a mulher.

A Lei nº 11.340/06, conhecida como lei Maria da Penha, foi criada em 04 de julho de 2006, sendo sancionada pelo Presidente da República em 07 de agosto do mesmo ano, destinada a punir, prevenir, erradicar, garantir atenção integral a mulher vítima de violência em suas diferentes formas: física, moral e psicológica.

A Lei Maria da Penha garante oferecer atenção integral à mulher vítima de violência doméstica definida em seu artigo 7º, oferecendo maior segurança e tranquilidade, nos casos de violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral.

O projeto de intervenção será desenvolvido com mulheres que buscam atendimento no Projeto Acorde, que funciona na rua A3, S/N, conjunto padre Pedro, no bairro Santa Maria, anexo da 9º delegacia metropolitana,

O Projeto de Intervenção torna-se relevante à medida que pretende informar ao público participante as inovações no enfrentamento da violência contra a mulher, considerando a lei Maria da penha -Lei nº 11.340 de 7 agosto de 2006.

2 JUSTIFICATIVA

Apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres nos mais diversos campos, como social, econômico, profissional, dentre outros, a mulher ainda é a grande vítima da violência em suas diferentes formas: moral, física, e psicológica, se proliferando silenciosamente nos lares brasileiros.

A mulher historicamente ocupou um lugar de submissão e obediência perante a superioridade da figura masculina, sendo considerada incapaz e obrigada a se curvar. Essa submissão tem relação direta com a construção do paradigma do homem como chefe da família, pela concentração exclusiva dos poderes nas mãos do marido/pai, tanto em relação à esposa quanto em relação aos filhos. Logo, a violência contra a mulher encontra respaldo nas relações desiguais entre os gêneros, fruto de uma cultura sexista, patriarcal e preconceituosa, onde é “permitido” que o homem agrida a mulher e que ela permaneça calada.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população de Aracaju soma 552.365 pessoas, considerando os 1.500 registros de ocorrências na delegacia no primeiro semestre de 2012, significa que aproximadamente 2,7 % da população feminina em Aracaju afirmou ter sofrido violência. Logo no bairro Santa Maria em Aracaju, onde se desenvolve o Projeto Acorde muitas mulheres procuram a instituição por terem sido vítimas de violência. Diante dessa realidade é de suma importância a elaboração de um projeto que venha intervir nessa problemática, esclarecendo quais os tipos de violência, melhorando a autoestima, encorajando a mulher a denunciar o agressor, pois a vítima de violência em sua grande maioria sente-se culpada e envergonhada.

Deste modo durante o período de estágio supervisionado, foi perceptível que os usuários atendidos no Projeto Acorde, na sua maioria já foram vítimas de violência, assim diante do exposto surge a necessidade da elaboração de um projeto que esclareça as mesmas acerca dos seus direitos, com o intuito de levar informações sobre a Lei Maria da Penha nº 11.340/06.

3 PÚBLICO-ALVO

Mulheres atendidas no Projeto Acorde no bairro Santa Maria em Aracaju.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral:

- Informar ao público participante as inovações no enfrentamento da violência contra a mulher, considerando a lei Maria da penha (Lei nº 11.340 de 7 agosto de 2006).

4.2 Objetivos Específicos:

- Apontar os tipos de violência contra a mulher;
- Esclarecer os órgãos de proteção em caso de violência, as garantias e penalidades estabelecidas na a lei.
- Trabalhar a autoestima com intuito da valorização da mulher.

5 METAS

O projeto visa atingir um grupo de vinte e cinco mulheres atendidas pelo projeto, visando informá-las sobre a legislação que garante sua integridade física, psíquica e moral.

6 METODOLOGIA

O Projeto de Intervenção será executado por meio de duas palestras, realizadas no período matutino, com o apoio das supervisoras de campo as senhoras Joselita e Marta, ambas Assistentes Sociais do projeto, como também será distribuído folders informativos sobre a lei Maria da Penha.

As atividades que serão realizadas terão como prioridade alcançar todos os objetivos propostos no projeto de intervenção.

7 AVALIAÇÃO

Após o término das ações, será aplicado questionário com perguntas abertas e fechadas para verificar o nível de entendimento dos participantes com relação ao tema apresentado.

8. RECURSOS

8.1 Recursos Humanos

- 02 Assistentes Sociais;
- 02 estagiárias de serviço social.

8.2 Recursos Materiais

- Canetas;
- Câmera digital;
- Folder.

9 ORÇAMENTO

Coffebreak no valor de R\$ 140,00.

10 CRONOGRAMA

ATIVIDADES/PERÍODO	01	02	03
Elaboração do projeto	X		
Convites para os palestrantes		x	
Divulgação		x	
Execução			x
Avaliação			X

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

Casos de Violência Doméstica Contra a Mulher em Aracaju. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/07/casos-de-violencia-contramulher-em-aracaju-ja-somam-15-mil-em-2012.html>>. Acessado em: 30 de Abr. 2016.

[www.http://populacao.net.br/populacao-aracaju_se.html](http://populacao.net.br/populacao-aracaju_se.html)>. Acesso em: 29 de Abr. 2016.

Apêndice B: Registro fotográfico das ações.
Imagem 01



Palestra ministrada pela estagiária Claudeci Ferreira.

Apêndice C: Registros fotográficos das ações
Imagem 02



Palestra ministrada pela estagiária Claudeci Ferreira.


DECLARAÇÃO

¶

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II da aluna Claudeci Rodrigues Ferreira, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

¶

ARACAJU, 14/06/2016


ALEXSANDRA ROCHA AMARANTE
(Graduado em Letras – Português)

¶



Universidade Tiradentes

República Federativa do Brasil

Reitor da Universidade Tiradentes,

no uso de suas atribuições, previstas em Lei, tendo presente o termo de colação de grau em Letras, conferido em 07 de março de 1998 a

Alexandra Rocha Amarante

brasileira, natural do Estado de Sergipe, nascida a 27 de março de 1972, filha de Manoel Rocha e Irene Vieira de Souza, RG 1.057.540-5/SE,

mandou passar-lhe o presente diploma de

Licenciado(a) em Letras,

a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pelas Leis da República.

Aracaju, 09 de março de 1998

Zildivalba Alves Ferraz
Secretária Geral

Humberto Cláudio de Mendonça
Reitor

Alexandra Rocha Amarante

Diplomado

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Curso de
Letras

Habilitação : Português/Inglês

Reconhecido Pela Portaria nº 824 de 05/06/1992
D.O.U. 08/06/1992 - Pág 7.220

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
Reconhecida pela Port. Ministerial 1274/94

Diploma registrado sob nº 00096

Livro: 005 fls: 0203 em 05/06/98

Processo nº 00096 / 98-09 nos

Termos do Art 48 § 1º da lei nº 9.394 de 20/12/96.

Aracaju, 05/06/98

Luiza Serqueira Seles Dantas
Chefe do Setor de Registro

[Assinatura]
Diretor do Departamento